



# POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA

Instituto Nacional de Proteção de Dados – INPD

Emissão: 09/08/2023

Classificação: Público

Versão: 4.0

**Presidente:** Rafael Reis

**Vice-Presidente:** Leandro Cruz

## Comissão de Governança e Compliance

### **Coordenação**

Atilio Augusto Segantin Braga

### **Membros**

Alessandra Mendonça

Daiane Dantas

Janaína Lima

Guilherme Gonçalves

Roberta Gomes



 <b>INPD</b> <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> PPE-001			

## Sumário

<b>1. Compromisso do Instituto Nacional de Proteção de dados – INPD em proteger a privacidade</b>	3
<b>2. Quem somos?</b>	4
a. <b>Nossos propósitos sociais são:</b>	4
<b>3. Nossos objetivos no Tratamento de dados pessoais</b>	5
<b>4. Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados</b>	5
<b>5. Controlador de dados pessoais</b>	6
5.1. <b>Operadores de dados pessoais</b>	7
5.2. <b>Encarregado de dados pessoais</b>	7
<b>6. Da Coleta de Dados Pessoais</b>	8
6.1. <b>Quais dados pessoais coletamos (navegação)</b>	9
6.2. <b>Quais dados pessoais coletados para operacionalizar nossas atividades</b>	9
6.3. <b>Envio de comunicações eletrônicas</b>	10
6.4. <b>Divulgação de nossos associados – Website e Redes sociais</b>	10
<b>7. Do Tratamento de Dados Pessoais</b>	11
7.1. <b>A finalidade do tratamento de dados pessoais</b>	11
<b>8. Do compartilhamento</b>	16
8.1. <b>Relações com Fornecedores, Prestadores de Serviços e Entidades Terceiras</b>	17
8.2. <b>Potenciais Associados</b>	18
8.3. <b>Marketing Direto</b>	18
8.4. <b>Profiling baseado em pesquisas</b>	18
8.5. <b>Gestão de Sugestões, Reclamações e Conflitos</b>	19
8.6. <b>Autoridades e Administração Pública</b>	19
<b>9. Dos Direitos dos Titulares de Dados Pessoais</b>	19
9.1. <b>Do Exercício dos Direitos dos Titulares de dados pessoais</b>	20
<b>10. Medidas técnicas, organizacionais e de segurança</b>	22
10.1. <b>Segurança das Informações</b>	23
10.2. <b>Proteção de seus dados pessoais durante transferências internacionais.</b>	24

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>

<b>11. Utilização de Cookies</b>	24
<b>11.1. Cookies</b>	24
<b>11.2. Finalidade dos Cookies</b>	26
<b>11.3. É possível controlar ou excluir Cookies</b>	27
<b>12. Violações de Dados Pessoais</b>	28
<b>13. Atualizações da Política de Privacidade</b>	29
<b>14. Disposições Finais</b>	29
<b>15. Lei Aplicável</b>	29

 <b>INPD</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>			

## INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - INPD

### Política de Privacidade do Instituto Nacional de Proteção de Dados – INPD

Bem-vindo à Política de Privacidade do **INPD**.

Essa Política de Privacidade explica como o **INPD** coleta, usa, compartilha e protege os seus dados pessoais, respeitando os direitos dos titulares assegurados pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

#### 1. Compromisso do Instituto Nacional de Proteção de dados – INPD em proteger a privacidade

A privacidade e a proteção de dados pessoais são direitos fundamentais. Recentemente, a proteção de dados foi alçada ao rol dos direitos fundamentais, passando a figurar no art. 5.º, inciso VXXII da Constituição Federal e complementando assim, a garantia regulamentada pela Lei 13.709/2018.

Para o atingimento destes direitos, pressupõe-se que o indivíduo, o titular dos dados pessoais, tenha condições de controlar a circulação de informações sobre sua vida pessoal, a chamada autodeterminação informativa.

Cientes do valor inestimável que os dados dos nossos titulares representam, o INPD está empenhado em protegê-los, empreendendo esforços e as melhores práticas na governança das informações.

A presente política de Privacidade aplica-se ao Website do INPD ([www.INPD.com.br](http://www.INPD.com.br)) e a todas as operações de tratamento de dados realizadas pelo Instituto. Ilustra, assim, o nosso compromisso com a transparência e aderência às obrigações legais impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

O **INPD**, preocupado em manter o nível de qualidade, privacidade e segurança oferecido aos seus associados, colaboradores, diretores e parceiros, está empenhado em proporcionar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, zelando pela sua privacidade e pelos seus direitos.

Quando o titular aceita essa Política de Privacidade, confere sua livre e expressa concordância com os termos aqui estipulados, diretamente e/ou por meio de seu responsável legal, que deve estar ciente também das regras aqui estabelecidas.

Assim, o **INPD** deseja que você conheça e se familiarize com a forma como tratamos os seus dados pessoais e outros dados necessários a proporcionar uma experiência de imersão em privacidade.

	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
<b>Código</b> PPE-001		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga

Nesse sentido, recomendamos a leitura atenta da presente Política de Privacidade para que a decisão de aceitar ou não, os termos do presente documento, seja livre, esclarecido e voluntário.

## 2. Quem somos?

O Instituto Nacional de Proteção de Dados é uma pessoa jurídica de Direito Privado, nos termos da Lei nº 9.790/1999, de finalidade não lucrativa, apartidário, com objetivo de promover estudos, discussões e contribuir para a consolidação e desenvolvimento do ambiente de proteção de dados pessoais e privacidade brasileira.

### a. Nossos propósitos sociais são:

- Assessoria e apoio ao desenvolvimento do ambiente nacional de proteção de dados pessoais e observância do direito fundamental à privacidade;
- Colaboração no desenvolvimento de políticas públicas ou privadas relacionadas a proteção de dados pessoais e ao direito fundamental à privacidade, visando o apoio ao desenvolvimento de um ambiente mais seguro, profissionalizado e consciente sobre a proteção de dados pessoais;
- Capacitação e formação de agentes e profissionais, em áreas de natureza pública ou privada, com vistas à execução de políticas de proteção de dados pessoais e privacidade, mediante termos de parceria, convênios e contratos de qualquer natureza com entes públicos e privados;
- Promoção e incentivo de atividades científicas, educacionais e culturais, com ênfase na pesquisa acadêmica e empírica focada na consecução dos seus objetivos;
- Publicação de revistas, livros, campanhas de divulgação de conteúdo em redes sociais, vídeos documentários e afins para divulgação e promoção de suas atividades;
- Criação de rede nacional e internacional e/ou banco de informações públicas para promoção, divulgação, educação e cultura;
- Atuar judicial ou extrajudicialmente em defesa dos interesses da Associação, dos Associados e interessados que compartilhem os objetivos do Instituto, assim como na defesa de quaisquer direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;
- Prestar aos Associados consultoria ou assistência técnica, administrativa, científica ou jurídica, bem como a terceiros que lhes forneça bens ou serviços, neste caso, no estrito interesse do aprimoramento das atividades e do funcionamento das instituições Associadas, direta ou indiretamente, ao Instituto;

 <b>INPD</b> <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>			

- Promover e realizar eventos, palestras, exposições e seminários para discussão das temáticas pertinentes a Proteção de Dados Pessoais e Privacidade;
- Promover o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos e de capacitação profissional com os profissionais e entidades no Brasil e Exterior;
- Contratar técnicos, especialistas ou profissionais para prestação de serviços de qualquer natureza, tais como jurídicos, econômico-financeiros, contabilidade, auditoria, administração, informática, comunicação e marketing, no interesse do Instituto ou no interesse comum aos seus Associados.

### 3. Nossos objetivos no Tratamento de dados pessoais

O **INPD** tem como objetivos o desenvolvimento da comunidade em direção à proteção e à privacidade e ao desenvolvimento das ferramentas, políticas e mecanismos de proteção de dados pessoais, considerando os aspectos econômicos, sociais e diferenças culturais da sociedade brasileira.

Portanto, o **INPD** tem ao longo de sua existência direcionado esforços para fins de zelar e assegurar que os dados pessoais sejam tratados apenas para os propósitos expressos nas suas instruções e em cumprimento à legislação nacional.

### 4. Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados

Para o adequado tratamento dos dados, os princípios previstos na Lei, mais precisamente em seu artigo 6º, devem nortear toda e qualquer forma de tratamento de dados realizada pelo controlador e operador. São eles:

- **Princípio da boa-fé:** elemento ético das relações, diz respeito à conduta ética entre as partes, observando a lealdade e a correção;
- **Finalidade:** define a realização do tratamento de dados em função de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades, impossibilitando fazer tratamentos de dados com fins genéricos;
- **Adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- **Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- **Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- **Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

 <b>i N P D</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> PPE-001			

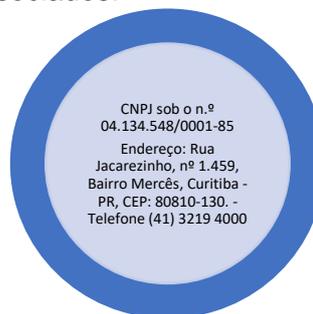
- **Transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- **Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- **Prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- **Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- **Responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

## 5. Controlador de dados pessoais

O controlador é o agente responsável por tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e por definir a finalidade deste tratamento. Entre essas decisões incluem-se as instruções fornecidas a operadores contratados para realização de um determinado tratamento de dados pessoais.

O artigo 5º, inciso VI, da LGPD define controlador como: “Pessoa natural ou jurídica, de direito público, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais”.

O Instituto Nacional de Proteção de Dados – **INPD** atua como Controlador, quanto aos dados dos seus colaboradores e associados.



Deste modo, é importante destacar que os dados pessoais dos titulares são processados pelo **Instituto Nacional de Proteção de Dados - INPD**, conforme descrito nesta política.

Para resolução ou esclarecimento sobre qualquer questão relacionada com o tratamento/processamento dos seus dados pessoais o titular poderá entrar em contato com nosso canal de atendimento conforme mencionado no item **5.2. Encarregado de Dados Pessoais**, desta Política de Privacidade.

 <b>INPD</b> <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>			

### 5.1. Operadores de dados pessoais

Operador é o agente responsável por realizar o tratamento de dados em nome do controlador e conforme a finalidade por este delimitada.

Segundo o art. 5º, inciso X da LGPD é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

É responsabilidade do Operador realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

O Operador de dados pessoais enquanto responsável pelo tratamento de dados do **INPD** só poderá tratar os dados para a finalidade previamente estabelecida, seja nesta política ou em documento apropriado.

Os Operadores de dados do **INPD** possuem as seguintes obrigações:



### 5.2. Encarregado de dados pessoais

O Encarregado de dados pessoais é o indivíduo responsável por garantir a conformidade de uma organização, pública ou privada, à Lei Geral de Proteção de Dados.

De acordo com o § 2º do art. 41º, o encarregado possui as seguintes atribuições:

 <b>INPD</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> PPE-001			

Aceitar	as reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
Receber	comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
Orientar	os associados, funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
Executar	as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Assim, comunicamos que nosso encarregado de dados formalmente constituído e indicado é:

### Encarregado de Dados

**Mário Toews**  
 E-mail: [dpo@inpd.com.br](mailto:dpo@inpd.com.br)

## 6. Da Coleta de Dados Pessoais

Quando o titular se associa ao **INPD** podemos coletar os dados que serão detalhados na presente política de privacidade de acordo com os pontos de interação durante sua jornada conosco, para melhor atendê-lo, lembrando que dados pessoais são informações que podem identificá-lo como indivíduo ou relacionadas a você como indivíduo identificável.

Para associação são coletados:

- **detalhes do contato** (por exemplo, nome, sobrenome, número de telefone, e-mail);
- **informações que estão em um documento de identidade** (por exemplo, carteira de identidade, passaporte, visto ou outro documento de identificação emitido pelo governo ou carteira de habilitação);

 <b>INPD</b> <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>			

- Identificação de conta em redes sociais profissionais, tais como LinkedIn, foto de perfil e demais dados publicamente disponíveis.

### 6.1. Quais dados pessoais coletamos (navegação)

Enquanto você navega em nosso site, poderemos registrar alguns dados para gerar estatísticas de acesso. Isso abrange os seguintes dados, que, não serão repassados a outras instituições, empresas ou pessoas:

- Dados relativos ao seu provedor de internet
- Sistema operacional
- Navegador (tipo, versão, opções habilitadas e *plug-ins* instalados)
- Configurações de vídeo (tamanho/resolução e quantidade de cores) e
- Páginas acessadas (data e horário de acesso).

Não coletamos informações que possam te identificar pessoalmente, como endereços de IP ou de e-mail, nem instalamos ou ativamos nenhum tipo de programa, vírus, script, trojans ou similares que possam de alguma forma comprometer sua segurança.

Esses dados são coletados por meio de cookies que são pequenos arquivos que reúnem essas informações automaticamente a partir do seu acesso, e as estatísticas geradas, com o objetivo de te conhecer melhor para oferecer a experiência mais adequada aos usuários de nosso site.

Caso o titular não esteja de acordo com a nossa Política de Privacidade e Política de Cookies, basta desativar essas informações no banner que estará visível em seu navegador.

### 6.2. Quais dados pessoais coletados para operacionalizar nossas atividades

O INPD possui e realiza o tratamento de diversos tipos de dados pessoais para realizar suas atividades operacionais:

**Dados de seus diretores estatutários e de representantes das empresas associadas necessárias para a tomada e registro de decisões de gestão e administração da entidade.**

**Dados de seus colaboradores e prestadores de serviços relacionados ao cumprimento de seus contratos de trabalho, prestação de serviços e consultoria especializada, respectivo pagamento e direção dos trabalhos realizados, bem como para reporte às entidades e autoridades competentes de fiscalização na forma da lei.**

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>

Dados de fornecedores de bens e serviços, também relacionados a contratos firmados com o INPD.

Dados de autoridades públicas relacionadas com o cumprimento de obrigações legais do INPD e com a viabilização de ações institucionais e jurídicas do INPD no interesse do setor que representa.

Dados de doadores, contribuintes e voluntários relacionados a ações de responsabilidade social, conforme necessário para sua realização e outras finalidades delas decorrentes.

Dados de terceiros participantes em cursos, eventos, campanhas realizadas pelo INPD, conforme necessário para sua realização e outras finalidades decorrentes.

Dados pessoais relacionados ao atingimento das finalidades e objetivos institucionais, nos termos de acordo ou convênios que regulam o compartilhamento de dados entre entidades.

### 6.3. Envio de comunicações eletrônicas

Coletamos informações pessoais para transmitir e receber comunicações eletrônicas como, por exemplo, grupos no WhatsApp e Telegram, ou apenas informações por e-mail, sendo que neste caso, coletamos apenas o nome e o e-mail.

### 6.4. Divulgação de nossos associados – Website e Redes sociais



Disponibilizamos aos nossos associados a opção de mediante, **o seu consentimento** divulgar em nossas redes sociais, dentre eles em nosso website [www.inpd.com.br](http://www.inpd.com.br) os seguintes dados pessoais: Nome Completo, Profissão, Mini biografia, e-mail corporativo ou que deseja ser contatado, informações se é membro de alguma comissão e o cargo que lá exerce, se é membro de algum programa de Fellowship e uma foto de seu perfil.

Há qualquer momento o consentimento poderá ser revogado através de nossos canais de privacidade.

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>

## 7. Do Tratamento de Dados Pessoais

### 7.1. A finalidade do tratamento de dados pessoais

O **INPD** assume o compromisso através desta Política de Tratamento de Dados Pessoais de tratar os dados pessoais sob a sua responsabilidade mediante as finalidades inerentes à sua coleta e finalidades secundárias desde que compatíveis com a finalidade originária e estejam amparadas com a base legal adequada.

As atividades de tratamento de dados pessoais realizadas pelo **INPD** devem estar embasadas em uma autorização legal e serão registradas em documento ou sistema específico para controle da realização dos ônus e obrigações legais decorrentes de tal autorização, dos riscos atrelados e medidas de mitigação desses riscos, bem como da circulação interna e externa dos dados pessoais.

Somente os colaboradores, diretores e terceiros que tenham estrita necessidade de acesso a determinadas categorias de dados pessoais para a realização de suas finalidades de tratamento específicas terão acesso a esses dados, levando-se em conta o papel desempenhado pela pessoa com relação aos dados e reduzindo-se a informação acessada ao conteúdo mínimo viável para que a informação tenha utilidade, por meio de medidas técnicas e organizacionais como divisão e segregação de dados, tarjamento, desidentificação, pseudonimização, entre outras consideradas adequadas pelo responsável pelo tratamento.

Dados pessoais, incluindo os documentos físicos e digitais contendo tais informações, somente poderão ser mantidas sob controle do **INPD** para atividades de tratamento compatíveis com suas finalidades de coleta, recepção, obtenção ou geração e enquanto tais finalidades subsistirem. Esses dados pessoais serão eliminados imediatamente nos casos de ser reconhecida a inexistência de qualquer finalidade lícita e legítima que justifique a sua manutenção, de ser atingido o prazo de salvaguarda do dado ou documento para fim de cumprimento de obrigações legais ou para exercício de direitos para os quais o dado pessoal é necessário, ou no caso de exercício de direito do respectivo titular, incluindo retirada de consentimento, que obrigue o **INPD** ao descarte desse dado pessoal.

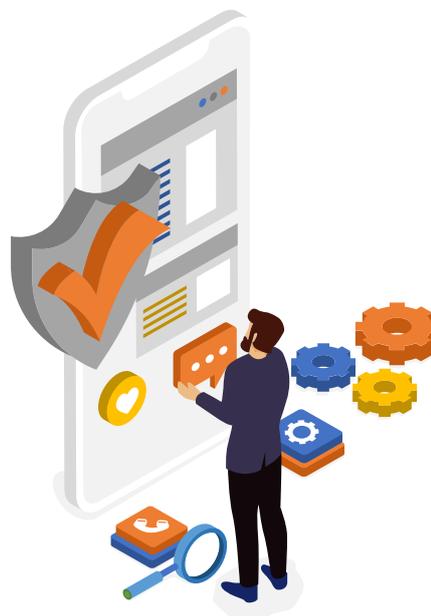
O descarte de informações e documentos será feito de forma segura, com a destruição de meios físicos e sobrescrição de arquivos digitais que garanta sua

 <b>INPD</b> <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>			

impossibilidade de recuperação, conforme estabelecido na política de segurança de informação adotada pelo **INPD**.

Todo e qualquer tratamento de dados pessoais em que o **INPD** identificar potencial de dano aos direitos e liberdades fundamentais dos titulares serão objeto de avaliação de impacto à proteção de dados pessoais em que sejam avaliados os riscos e possíveis medidas para sua mitigação, prevenção ou eliminação.

A tabela abaixo apresenta as finalidades para as quais seus dados são utilizados, a base legal para esse uso, assim como o período em que eles são armazenados:



FINALIDADE	DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES ASSOCIADAS COM A FINALIDADE	BASE JURÍDICA
<b>Constituição/ Assembleias/ Eleições</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade, como: coleta dos dados dos diretores para lavratura da ata de constituição, lavratura da ata de constituição e registro nos órgãos competentes, além da coleta de dados dos associados para registros de presença, eleições e demais atos regulatórios.	Execução do contrato e cumprimento das disposições do Estatuto  Obrigações legais relacionadas à Constituição e cumprimento de obrigações legais.
<b>Indicação e Admissão de Novos Membros, bem como processos de inativação e/ou cancelamento da associação</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade, como: formulário de admissão de novos membros; indicação e aprovação de novos membros; processo de inativação e/ou cancelamento da associação de membros	Execução do contrato (adesão) - itens preliminares - e com relação ao processamento de pagamento.
<b>Divulgação de membros</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade:	Legítimo interesse do instituto em divulgar aos

 <b>INPD</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>			

FINALIDADE	DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES ASSOCIADAS COM A FINALIDADE	BASE JURÍDICA
	divulgação de novos diretores, associados e fellows. Divulgação de: Nome Completo, Profissão, Minibiografia, e-mail corporativo ou o endereço de escolha do associado, para ser contatado, além da comissão e cargo que participa e ou se membro de algum programa de fellow.	demais membros e sociedade em geral  Consentimento
<b>Programa de Fellows</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade: Recebimento dos interessados para adesão ao Programa de Fellows; Avaliação, Seleção e Recrutamento dos Fellows, Processo de Admissão de Fellows, Processo de encerramento das atividades dos Fellows;	Execução de Contrato (Programa de Fellows do INPD)
<b>Conferências e eventos</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade, como: realização de eventos, palestras, exposições e seminários.	Execução do contrato em cumprir com a sua finalidade estatutária
<b>Operações do INPD</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade, como: nomeações de novos diretores, contratação de terceiros (assessoria de imprensa, trabalhos voluntários, encarregado de dados, dentre outros), contratação de consultoria ou assessoria técnica, administrativa, científica ou jurídica; contratação de técnicos, especialistas ou profissionais para prestação de serviços, gestão financeira, licenciamento do corpo de bombeiro, grupos de comunicação no WhatsApp e Telegram; realização de reuniões ordinárias e extraordinárias; e emissão de boletos.	Execução do contrato em relação às obrigações financeiras dos associados.  Consentimento quanto à assunção de cargos e posteriormente obrigações contratuais/estatutárias e legais.  Execução de contratos com terceiros  Obrigações legais e defesa em processos judiciais.  Legítimo interesse do Instituto em garantir uma comunicação com seus associados, fellows e sociedade de um modo geral sobre o tema

 <b>INPD</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> PPE-001			

FINALIDADE	DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES ASSOCIADAS COM A FINALIDADE	BASE JURÍDICA
		<p>proteção de dados pessoais.</p> <p>Legítimo interesse do Instituto em realizar os controles de governança quanto as decisões e assuntos discutidos nas reuniões, bem como suas deliberações.</p>
<b>Capacitação e Treinamentos (Secretaria Geral e Diretoria Acadêmica)</b>	<p>Existem diversas atividades associadas a esta finalidade, como: realização de treinamentos e capacitação, pesquisas de satisfação quanto a organização e estrutura do treinamento, conteúdo e do instrutor.</p>	<p>Execução do contrato em relação ao processamento de pagamentos dos processos que envolvem contraprestação pecuniária por parte do titular de dados.</p>
<b>Obrigações legais</b>	<p>Conformidade à legislação local (por exemplo, armazenamento de documentos contábeis, faturamento, emissão de notas fiscais e cobrança), e demais registros exigidos por lei, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição de Procuradores para representar o INPD em ações judiciais ou extrajudiciais;</li> <li>• Alterações no Estatuto (atas e registros de convocações)</li> <li>• Registros contábeis</li> </ul> <p>Atendimento ao direito dos titulares de dados pessoais</p>	<p>Leis aplicadas as organizações da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos</p> <p>Execução de contratos e defesa dos interesses do Instituto</p> <p>Obrigações Legais e defesa em processos judiciais</p>
<b>Conformidade e Jurídico</b>	<p>Existem várias atividades associadas a esta finalidade, como: cumprir as leis aplicáveis; celebrar contratos com parceiros, fornecedores e funcionários; realização de atividades inerente a execução do contrato firmado com terceiros, responder a pedidos de autoridades públicas e governamentais; atender aos requisitos de segurança nacional ou</p>	<p>Execução de contrato e procedimentos preliminares nas atividades que envolvem parceiros e titulares</p> <p>Obrigações legais, como cumprimento dos processos legais</p> <p>Interesses legítimos, como impor termos e condições para proteção</p>

 <b>INPD</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> PPE-001			

FINALIDADE	DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES ASSOCIADAS COM A FINALIDADE	BASE JURÍDICA
	de aplicação da lei; impor nossos termos e condições; proteger nossas operações; proteger direitos, privacidade.	dos regulamentos internos do INPD
<b>Diretoria de Governança e Secretaria Geral</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade, como: garantir acesso aos serviços on-line (mensageria); processamento de pagamentos; notificar associados sobre alterações nos regulamentos internos, termos e condições para lidar com solicitações, consultas e reclamações dos associados.	Execução do contrato em relação à avaliação de pontos e distribuição de benefícios  Obrigações legais relacionadas a associação
<b>Diretoria Acadêmica</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade, tais como: publicação de artigos, livros, campanhas de divulgação de conteúdo em redes sociais, tais como: LinkedIn, Facebook, Instagram e canais como Youtube, além de aplicativos de mensageria como WhatsApp, Telegram, demais mídias eletrônicas, televisivas e jornais (físicos e digitais).	Execução do contrato  Legítimo Interesse na divulgação e propagação de conteúdos pertinentes ao propósito do INPD
<b>Fale conosco</b>	Existem diversas atividades associadas a esta finalidade, como: interessados no processo de admissão; formulário de contato no site ( <a href="http://www.inpd.com.br">www.inpd.com.br</a> ) fale conosco.	Consentimento ao enviar solicitação de informações
<b>Segurança e aprimoramento do seu uso do site INPD.</b>	Segurança e aprimoramento do seu uso do site ( <a href="http://www.inpd.com.br">www.inpd.com.br</a> ), especialmente: - Aprimoramento da navegação; - Assistência e manutenção; - Implementação de medidas de segurança e prevenção de fraude	06 meses a contar da data da coleta.

 <b>INPD</b> <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>			

## 8. Do compartilhamento

Os dados pessoais tratados pelo **INPD**, na qualidade de Controlador, somente serão compartilhados, transferidos ou divulgados a terceiros quando for estritamente necessário para cumprimento de uma finalidade legítima, específica, expressa e reconhecida pelo **INPD** como compatível com sua finalidade e objetivos associativos.

O compartilhamento, transferência e divulgação de dados pessoais a entidades privadas será sempre precedido de procedimentos, auditoria ou documentação que garanta a adoção, pelo terceiro, de medidas técnicas e administrativas suficientes para a segurança dos dados pessoais de acordo com os riscos a que estejam expostos, além da salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais dos respectivos titulares.

O terceiro deverá firmar contrato que preveja condições mínimas para a vinculação do terceiro ao cumprimento desta Política e das leis e regulamentos de proteção de dados pessoais aplicáveis, bem como mecanismos que permitam a conferência do cumprimento pelo **Instituto Nacional de Proteção de Dados**.



O compartilhamento, transferência e divulgação de dados pessoais às autoridades públicas e entidades governamentais será limitado ao necessário para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, o cumprimento de ordem judicial ou requisição de autoridade pública, e à defesa ou exercício de direitos do **INPD** ou de empresas associadas em um processo judicial ou administrativo. Nessas condições, a legalidade e legitimidade da ordem ou obrigação, a competência da autoridade ou órgão público, a extensão do dever e as respectivas consequências sempre serão avaliadas antes da autoridade ter acesso aos dados.

A qualquer momento, o titular poderá requerer informações sobre o compartilhamento dessas informações entrando em contato com o encarregado de dados, cujo endereço e meios de contato encontram-se descritos nesta política no tópico **(9.1. Do Exercício dos Direitos dos Titulares de dados pessoais)**.

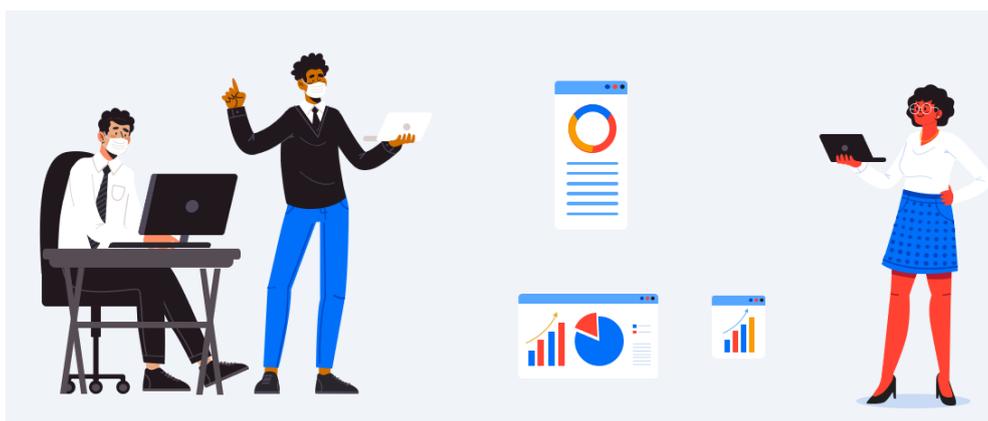
	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> PPE-001			

### 8.1. Relações com Fornecedores, Prestadores de Serviços e Entidades Terceiras

Sendo você um titular de dados na categoria de associado, colaborador, prestador de serviço ou fornecedor, saiba que os seus dados poderão ser tratados por empresas subcontratadas pelo **INPD**, nomeadamente no armazenamento dos dados coletados via Website, correio eletrônico, sistema de gestão de documentos, sistema de fatura e emissão de notas fiscais. Nestes casos serão fornecidos os dados pessoais essenciais para a prestação do serviço em causa.

Neste âmbito, o tratamento dos seus dados pessoais é necessário para a execução do contrato e diligências pré-contratuais celebrado com o **INPD**.

Caso os seus dados não sejam disponibilizados, o **INPD** não poderá cumprir as obrigações contratuais e legalmente exigíveis.



Os dados com esta finalidade serão armazenados durante o tempo de vigência de contrato/relação contratual em questão sem prejuízo do cumprimento das disposições legais que possam obrigar a um período de retenção superior. Os dados coletados com esta finalidade, poderão também ser tratados com a finalidade de cumprimento de obrigações regulatórias ou legais, bem como para o exercício de direitos em processos judiciais. Poderá ainda ocorrer situações em que a finalidade esteja vinculada a existência de um interesse legítimo por parte do **INPD** e aqui os dados serão conservados pelo período necessário ao exercício do respectivo interesse legítimo, respeitada a legítima expectativa do titular.

Os dados coletados com esta finalidade, poderão também ser tratados com a finalidade de defesa em processos judiciais, sendo a sua licitude a existência de um interesse legítimo por parte do **INPD**, após o decurso dos prazos prescricionais e aqui os dados serão conservados pelo período necessário ao exercício do respectivo interesse legítimo.

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>

## 8.2. Potenciais Associados

O tratamento dos seus dados poderá ser necessário para a realização de diligências pré-contratuais com vista à celebração de um contrato com o **INPD**. Caso os seus dados não sejam disponibilizados, não poderemos prestar-lhe os serviços solicitados ou pré-contratados (associação).

Os seus dados serão conservados para esta finalidade e após esse período para efeito de controle e histórico dos registros de acordo com o legítimo interesse do instituto e legítima expectativa do titular de dados pessoais

## 8.3. Marketing Direto

O INPD poderá tratar os seus dados com a finalidade de lhe enviar informações sobre nossas atividades, agendas, cursos, eventos e artigos relacionados ao tema privacidade. Este serviço de informação e tipo de tratamento de dados serão realizados unicamente com base no legítimo interesse.

Na qualidade de titular de dados pessoais, você poderá se opor a qualquer momento ao tratamento através do campo de descadastramento sempre disponibilizado no próprio e-mail .

Os seus dados serão conservados para esta finalidade no prazo máximo de 3 anos, caso não haja oposição ao tratamento.

## 8.4. *Profiling* baseado em pesquisas

O INPD solicitará ao cliente o preenchimento de um questionário de satisfação que lhe será enviado por e-mail com o seu consentimento ou mediante disponibilização de link de acesso via canais oficiais de comunicação. O grupo poderá tratar os seus dados pessoais e combinar informações relativas a preferências pessoais, interesses e comportamento, assim como as suas respostas as pesquisas/questionário com vista a melhorar os produtos e serviços que lhe são prestados.

Este tratamento de dados será realizado apenas com o seu consentimento, prestado no momento da coleta de dados através de formulário específico e preenchido para essa finalidade.

A qualquer momento, o titular dos dados poderá revogar o consentimento, quando então, o tratamento será eliminado.

Os dados pessoais serão armazenados para esta finalidade no prazo máximo de 3 anos após o seu consentimento ou renovação de consentimento, a não ser que decida retirar o consentimento previamente dado para o mesmo. Passado o prazo de 3 anos o INPD enviará pedido de renovação de consentimento. Na hipótese de não renovação, os dados pessoais para esta finalidade serão eliminados.

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>

### 8.5. Gestão de Sugestões, Reclamações e Conflitos

Poderá ser necessário contatar o **INPD** para fins de efetuar uma sugestão, reclamação ou conflito referente ao tratamento de seus dados pessoais.

Assim, disponibilizamos um canal específico para atendimento às questões referentes à privacidade através do banner de avisos e central de privacidade.

Os seus dados pessoais solicitados nesta intervenção serão tratados com base no interesse legítimo do **INPD** e no seu consentimento. Estes dados são coletados com o fim de analisar e resolver a situação subjacente à sua sugestão ou reclamação.

Os dados coletados para esta finalidade serão conservados pelo tempo necessário à resolução da reclamação apresentada e no máximo até 5 anos após a sua conclusão, salvo eventual prazo prescricional previsto em lei nacional que exija um prazo superior.

### 8.6. Autoridades e Administração Pública

Alguns dos seus dados pessoais serão transmitidos às autoridades competentes por necessidades de cumprimentos legais tais como obrigações fiscais.

Em caso de investigações e na legitimidade comprovada nesse caso, bem como por determinação judicial, os seus dados também poderão ser transmitidos às autoridades policiais ou judiciais competentes.

## 9. Dos Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

Nos termos da legislação nacional são concedidos aos titulares diversos direitos relacionados com os seus dados pessoais, sendo um deles o dever de informação sobre as finalidades de tratamento, tempos de retenção e transferências, que se encontram descritos nesta declaração.

Além do direito de confirmação do tratamento de dados por parte do **INPD**, a qualquer momento, o titular poderá solicitar ao **INPD** o acesso à informação sobre os dados pessoais mantidos, a retificação da informação caso esta não esteja correta ou completa, o apagamento ou à limitação do tratamento existente, nos casos em que essa pretensão for plausível.

O **INPD** compromete-se a efetuar o tratamento dos dados pessoais de forma cuidadosa e organizada, garantindo que os direitos dos titulares sejam respeitados. Para o exercício dos direitos poderá ser necessário que seja exigido prova de identidade para assegurar a confidencialidade da informação.

O titular deve estar ciente de que em certas situações e devido a certos requisitos legais ou de investigação policial/judicial/contencioso o seu pedido poderá não ser imediatamente atendido ou até mesmo estar condicionado à deliberação judicial.

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>

### 9.1. Do Exercício dos Direitos dos Titulares de dados pessoais

Todas as solicitações terão uma resposta da nossa parte no prazo máximo de 15 dias, salvo deliberação específica da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ao qual será objeto de atendimento da nossa parte dentro do prazo estipulado pela autoridade, salvo eventual força maior ou impedimento que será devidamente reportado.

O exercício dos direitos dos titulares não implica o pagamento de qualquer taxa.

O titular de dados pessoais poderá ainda no exercício dos seus direitos proceder a uma reclamação à Agência Nacional de Proteção de Dados- ANPD, caso julgue que os seus direitos não foram salvaguardados ou garantidos.

Caso queira exercer seus direitos, o canal para contato com o encarregado de dados está disponível no banner (Aviso de Privacidade/Central de Privacidade) ou através do nosso endereço físico:

**Instituto Nacional de Proteção de Dados - CNPJ sob o n.º 04.134.548/0001-85. Endereço: Rua Jacarezinho, nº 1.459, Bairro Mercês, Curitiba -PR, CEP: 80810-130. - Telefone (41) 3219 4000**

Para os fins de confidencialidade e proteção dos dados pessoais, precisaremos identificá-lo para responder à sua solicitação. Em caso de dúvidas sobre sua identidade, poderá ser exigida uma cópia do documento de identificação oficial, como carteira de habilitação ou outro documento com foto para atendimento a sua solicitação. Nesse caso, uma cópia xerox em preto e branco será suficiente.

Todas as solicitações receberão uma resposta o mais rápido possível e em conformidade com a lei aplicável.

- **Acesso:** O titular dos dados tem direito a requerer o acesso aos dados pessoais tratados pelo **INPD** e que lhe digam respeito.
- **Retificação:** Caso sejam detectados ou saiba de incorreções nos seus dados pessoais que o **INPD** trata, pode solicitar a sua retificação.
- **Apagamento:** O direito ao apagamento dos seus dados pessoais quando solicitado estão condicionados as seguintes situações:
  - Deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua coleta e tratamento;
  - Quando é retirado o consentimento (no caso de ser um tratamento baseado em consentimento), e deixou de haver qualquer outro fundamento para o tratamento;

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>

- O titular opõe-se ao tratamento e não existem interesses legítimos ou legais prevalecentes que justifiquem o tratamento.

• **Limitação:** O direito à limitação de tratamento dos seus dados pessoais quando solicitado dependente das seguintes situações:

- Uma contestação à exatidão dos dados durante um período que permita a sua confirmação;
- Caso haja ilicitude no tratamento dos dados e o seu titular se oponha ao seu apagamento solicitando em contrapartida a limitação do seu tratamento;
- Caso haja necessidade por parte do titular de dados do não apagamento por motivos legais, ou defesa em processos judiciais, e estes já não sejam do interesse de tratamento por parte do **INPD**;
- Se existir oposição ao tratamento dos dados e até que seja apurado se há ou não motivos legítimos da parte do **INPD** para a continuidade do tratamento.

• **Portabilidade:** Nos casos em que o tratamento dos dados é dependente do seu consentimento ou de um contrato celebrado com o **INPD** tendo sido obtido em formato digital e tratado de forma automatizada, poderá solicitar os seus dados pessoais, de uma forma estruturada e num formato digital informaticamente legível.

Ficam excluídos deste direito os dados que tenham sido inferidos ou derivados de análises efetuadas pelo **INPD** sobre os dados pessoais em tratamento.

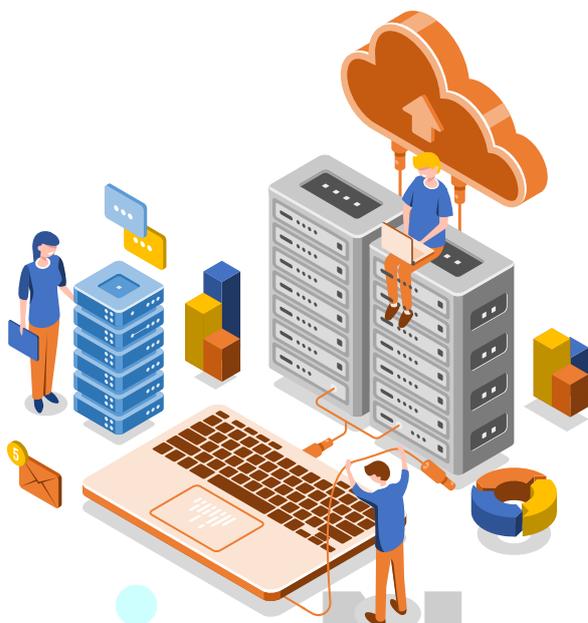
Também em casos que tecnicamente seja possível a transferência entre responsáveis de tratamento, o titular dos dados poderá solicitar a transferência direta para um outro responsável que não o **INPD**.

• **Oposição:** Nos casos em que o tratamento de dados seja legitimado em interesses legítimos alegados pelo **INPD**, caso o tratamento de dados for efetuado para efeitos de marketing direto ou ainda na definição de perfis, poderá a qualquer momento, opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais.

Todos os direitos dos titulares dos dados especificados no ponto anterior podem ser exercidos pelo utilizador através da Central de Privacidade disponibilizada através do website do INPD no link < <https://www.inpd.com.br/portalprivacidade> >.

 <b>Código</b> <b>PPE-001</b>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE  EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Átilio Braga</b>

## 10. Medidas técnicas, organizacionais e de segurança



Por forma a garantir contra a destruição acidental ou ilícita, alteração ou perda acidental, acesso ou divulgação não autorizados, dos dados pessoais que nos são confiados, o **INPD** toma as medidas técnicas e organizativas adequadas, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Existem medidas técnicas tais como sistemas de antivírus atualizados, assim como organizacionais tais como monitorização e registo de acessos aos sistemas e procedimentos internos de gestão de identidades.

O **INPD** está aperfeiçoando continuamente seus controles internos e implementando um Sistema de Gestão da Segurança da Informação e Privacidade, sendo que os dados pessoais dos quais somos responsáveis de tratamento são tratados de forma absolutamente confidencial, existindo para isso políticas e procedimentos internos de segurança e confidencialidade, os quais são atualizados de acordo com as necessidades e alterações legais que a isso obriguem.

O **INPD** empenha-se por padrão para que os dados pessoais sujeitos a tratamento sejam os mínimos necessários para as finalidades de tratamento previamente definidas e no controle de limite de acessos dos dados pessoais as pessoas devidamente autorizadas conforme sistema de gestão de identidades interna.

A interação com o website do **INPD** é efetuada através de canais seguros e de comunicações que utilizam o protocolo HTTPS e o padrão de segurança SSL.

Existe uma constante sensibilização e formação dos colaboradores internos quer relativos às medidas de segurança da informação e privacidade de dados existentes no **INPD**, como em relação à legislação em vigor sobre segurança e privacidade de dados.

Sempre que seja possível é efetuada a anonimização ou pseudonimização dos dados pessoais, sendo assim mais complicado em caso de vazamento de dados a identificação dos titulares dos dados.

O **INPD** possui sistemas de backup e recuperação de dados que permitem a reposição de forma rápida dos sistemas e dados após um incidente.

O Sistema de Gestão da Segurança da Informação está sendo construído de forma a garantir a informação, sendo assegurados dentro dos padrões tecnicamente e

 <b>INPD</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> PPE-001			

organizativamente possíveis a confidencialidade, disponibilidade e autenticidade dos dados tratados pelo O **INPD**.

### 10.1. Segurança das Informações



O **INPD** adotará medidas técnicas e organizacionais de segurança de informação compatíveis com o nível de risco avaliado e com o estado da técnica para garantir a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência de seus sistemas informáticos, bancos de dados, arquivos físicos e outros repositórios de informações, de modo a evitar acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de dados pessoais. Os riscos avaliados e as medidas e protocolos adotados serão registrados em políticas e outros documentos normativos e aplicação obrigatória para o **INPD** e todos os colaboradores, diretores e terceiros relevantes, devendo ser revisados e atualizados pelo menos anualmente e nas hipóteses de evento ou fato relevante.

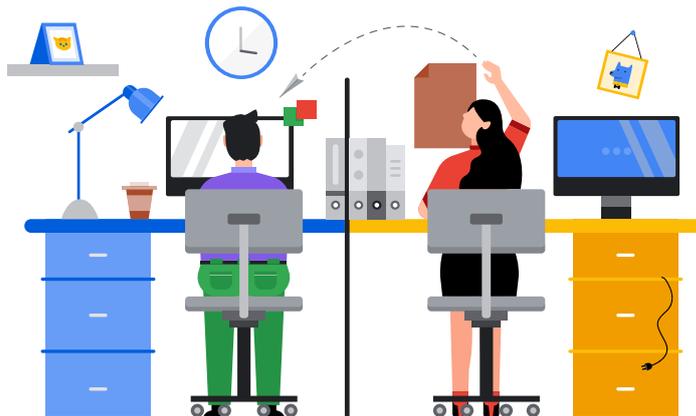
O **INPD** adotará um plano de resposta a incidentes de segurança que garanta a rápida avaliação, interrupção, remediação e, quando necessário, mitigação e reparação dos danos eventualmente causados pelo evento. O **INPD** manterá registro de eventos de segurança constando categorias e titulares de dados pessoais eventualmente afetados e realizará a comunicação imediata desses incidentes às autoridades competentes e aos respectivos titulares na forma da lei, comprometendo-se a auxiliá-los de boa-fé na mitigação ou reparação dos danos efetivamente sofridos.

O **INPD** também atribuirá responsabilidade formal e controlará o acesso às informações restritas ou sigilosas, imputando penalidades disciplinares em casos de violação da segurança da informação.

 <b>INPD</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> PPE-001			

## 10.2. Proteção de seus dados pessoais durante transferências internacionais.

Para os fins determinados nesta declaração, poderemos transferir seus dados pessoais para destinatários internos ou externos que poderão estar em países que oferecem níveis diferentes da proteção de dados pessoais.



dados pessoais são coletados.

Conseqüentemente, além da implementação de políticas e procedimentos específicos, o **INPD** empregará as medidas apropriadas para garantir uma transferência segura de seus dados pessoais à entidade O **INPD** ou a um destinatário externo localizado em um país que oferecem um nível diferente de privacidade daquele oferecido no país em que os

## 11. Utilização de Cookies

Quando o titular de dados visitar o Site do INPD, para fins de permitir um melhor serviço e uma navegação mais agradável, ser-lhe-á requerido o consentimento para a criação e gravação no seu computador de arquivos de texto não necessários (*Cookies*).

Os *cookies* ou outros rastreadores semelhantes são pacotes de dados utilizados para conectar com o *browser* do utilizador e coletar informação sobre a navegação e interesses de quem utiliza o site.

Estas informações podem conter, por exemplo, a identificação da sessão, localização, idioma, equipamento utilizado ou o sistema operativo.

Durante o período de validade do *cookie* este armazena a informação do estado quando o *browser* acessar várias páginas de um site ou quando um *browser* retorna a este mesmo site.

### 11.1. Cookies

Nós utilizamos dois tipos de cookies em nosso Website: Cookies de Sessão e Cookies Persistentes.

 <b>Código</b> <b>PPE-001</b>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE  EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>



- **De Sessão:** quando estes são automaticamente eliminados após fechar o browser ou o nosso website;
- **Persistentes:** estes permanecem no seu equipamento até à data de expiração ou até que sejam eliminados utilizando as ferramentas disponíveis para isso no seu browser.

Os Cookies (de Sessão ou Persistentes) podem ser categorizados de acordo com sua função:

#### **Cookies Estritamente Necessários:**

permitem a navegação no website e utilização das aplicações, bem como aceder a áreas seguras do website. Sem estes Cookies, os serviços requeridos não podem ser prestados para o correto funcionamento das plataformas;

#### **Cookies Analíticos:**

coletam dados estatísticos anônimos com a finalidade de analisar a utilização da plataforma e seu respectivo desempenho;

#### **Cookies de Funcionalidade ou Opcionais:**

são utilizados para assegurar a disponibilização de funcionalidades adicionais do website ou para guardar as preferências definidas pelo usuário no uso da plataforma, sempre que utilizar o mesmo dispositivo;

#### **Cookies de Marketing:**

Direcionam a publicidade em função dos interesses do Usuário, ajudando a medir o sucesso de aplicações e a eficácia da publicidade de terceiros.

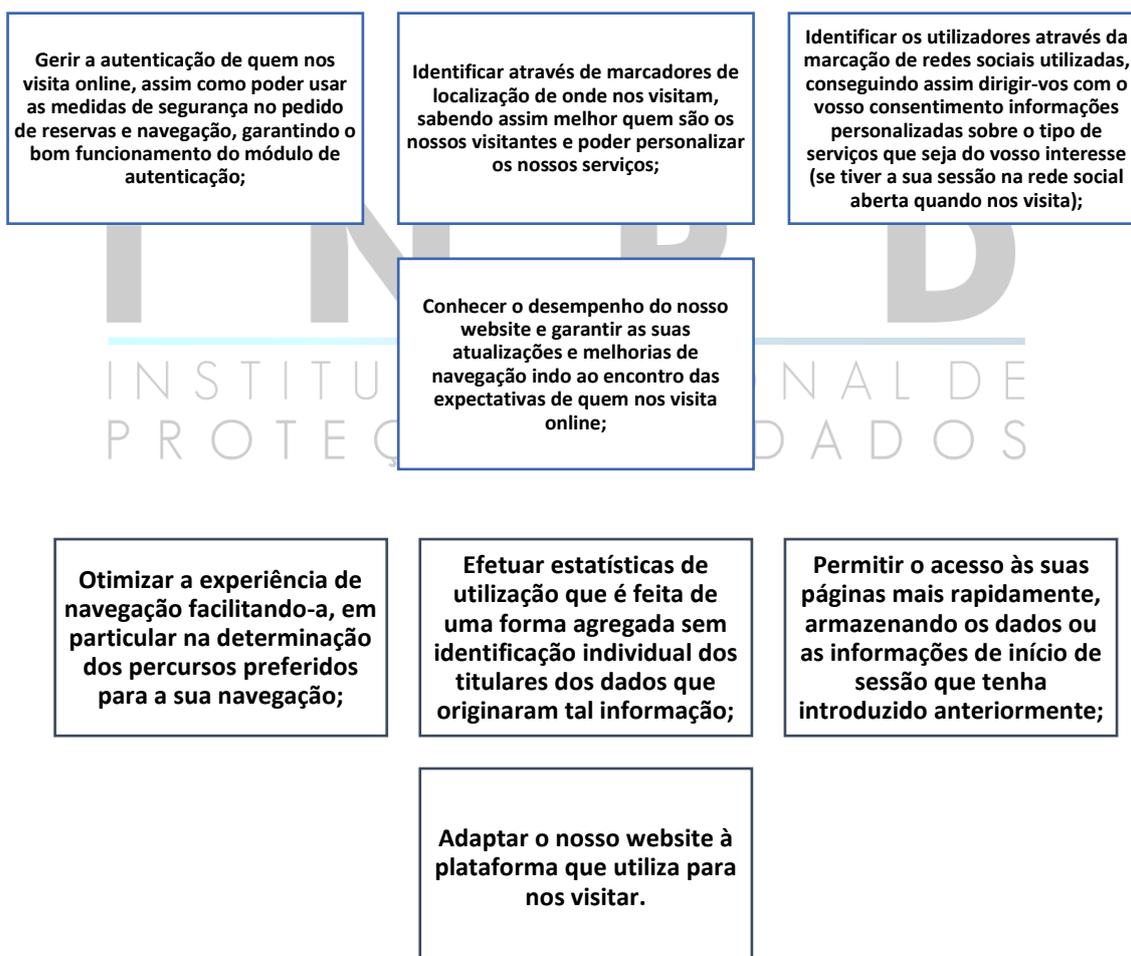
 <b>INPD</b> INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE          EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>			

Importante destacar que o **INPD** utiliza-se de plataforma de terceiros para desenvolver, atualizar, hospedar e realizar alterações no conteúdo do que é divulgado em seu website ([www.inpd.com.br](http://www.inpd.com.br)) e por esta razão, é provável que este terceiro armazena cookies (necessários e funcionais) sob a justificativa de serem essenciais para o fornecimento de seus serviços.

Caso deseje obter maiores informações sobre o armazenamento dos cookies deste terceiro acima citado, [clique aqui](#).

## 11.2. Finalidade dos Cookies

Este tipo de tecnologia é utilizado para as seguintes finalidades e coleta os seguintes dados pessoais:



Este arquivo vai permitir uma maior facilidade e rapidez no acesso do titular ao Site, bem como a sua personalização de acordo com as suas preferências. A maioria dos browsers aceita estes arquivos (Cookies), mas o titular poderá deletá-los ou definir automaticamente o seu bloqueio.

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>

No menu "Ajuda/Help" do seu browser, encontrará como efetuar essas configurações.

No entanto, caso não permita o uso de cookies, poderá haver algumas funcionalidades do nosso website que não conseguirá utilizar.

Em relação à funcionalidade de identificação através das redes sociais que tenha com sessão aberta, recomendamos que leia as políticas de privacidade destas mesmas redes para se familiarizar com a forma como utilizam a informação de navegação que possam coletar.

### 11.3. É possível controlar ou excluir Cookies

A maioria dos navegadores de internet é configurada para aceitar automaticamente os cookies. O usuário pode alterar as configurações para bloquear o uso de cookies ou alertá-lo quando um cookie estiver sendo enviado para seu dispositivo.

Existem várias formas de gerenciar cookies:

- Uma das formas, é consultar as instruções do seu navegador ou a seção de ajuda para saber mais sobre como ajustar ou alterar as configurações do seu navegador.
- Ao desabilitar cookies, o usuário talvez não consiga visitar certas páginas de uma página nossa ou talvez não receba informações personalizadas quando visitar uma página.

Caso o usuário utilize dispositivos diferentes para acessar as nossas plataformas digitais (por exemplo: computador, smartphone, tablet etc.), deverá assegurar-se de que cada navegador de cada dispositivo esteja ajustado para atender suas preferências em relação aos cookies.

Para que o usuário possa, de forma simples e intuitiva, gerir suas preferências quanto aos cookies a partir do seu navegador, poderá utilizar um dos links abaixo:

- Para mais informações sobre "Navegação Privada" e gestão de cookies no browser Firefox, clique [aqui](#);
- Para mais informações sobre "Navegação como Incógnito" e gestão de cookies no browser Chrome, clique [aqui](#);
- Para mais informações sobre "Navegação Privada" e gestão de cookies a partir do browser Internet Explorer, clique [aqui](#);
- Para mais informações sobre "Navegação Privada" e gestão de cookies a partir do Safari, clique [aqui](#);
- Para mais informações sobre "Navegação Privada" e gestão de cookies no browser Opera, clique [aqui](#).

 INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	<p align="center"><b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b></p>	<b>Emissão</b> 09/08/2023	<b>Classificação</b> Público
<b>Código</b> PPE-001		<b>Versão</b> 4.0	<b>Aprovado por:</b> Rafael Reis Atílio Braga

Outra forma simples e intuitiva do usuário gerir suas preferências quanto aos cookies a partir do seu navegador, é através do nosso banner criado para proporcionar uma melhor experiência de navegação por parte do usuário, centralizamos em um único local as informações sobre o detalhamento dos cookies onde é possível configurar sua navegação em nosso website.

## 12. Violações de Dados Pessoais



No caso de ter sido identificada uma violação de dados pessoais, e após avaliação de impacto, caso seja identificado que o vazamento implica em um elevado risco para os direitos e liberdades do titular dos dados afetados, o **INPD** compromete-se a efetuar a comunicação no prazo de 15 dias da violação de dados pessoais à

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares dos dados afetados a contar do conhecimento do incidente, salvo estabelecimento de um prazo menor pela agência reguladora.

A comunicação ao titular dos dados não será efetuada nas seguintes situações:

- No caso de terem sido aplicadas todas as medidas de proteção adequadas aos dados pessoais em causa, tanto técnicas como organizativas, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a acessar esses dados, tais como a encriptação ou anonimização;
- No caso de terem sido tomadas medidas subsequentes que assegurem que deixou de haver risco para os titulares dos dados em causa; ou
- No caso da comunicação aos titulares dos dados implique um esforço desproporcional. E neste caso poderá ser efetuada uma comunicação pública ou algo semelhante que possa permitir que os titulares dos dados sejam informados. Manteremos os dados e informações somente até quando estas forem necessárias ou relevantes para as finalidades descritas nesta Declaração, ou em caso de períodos pré-determinados por lei, ou até quando estas forem necessárias para a manutenção de interesses legítimos da Runtec.

O **INPD** considera a proteção de dados e a privacidade algo extremamente importante, e fará tudo que estiver ao alcance para protegê-la.

 <small>INSTITUTO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS</small>	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE EXTERNA</b>	<b>Emissão</b> <b>09/08/2023</b>	<b>Classificação</b> <b>Público</b>
<b>Código</b> <b>PPE-001</b>		<b>Versão</b> <b>4.0</b>	<b>Aprovado por:</b> <b>Rafael Reis</b> <b>Atílio Braga</b>

### 13. Atualizações da Política de Privacidade

O **INPD** se reserva no direito de alterar essa Política de Privacidade quantas vezes forem necessárias, visando fornecer a você mais segurança e conveniência. É por isso que é muito importante acessar nossa webpage ([www.inpd.com.br/politica-de-privacidade](http://www.inpd.com.br/politica-de-privacidade)) periodicamente. Para facilitar, indicamos no início do documento a data da última atualização. Caso sejam feitas alterações relevantes que ensejem novas autorizações suas, publicaremos uma nova versão dos nossos compromissos com a privacidade.

### 14. Disposições Finais

Este documento é propriedade do **Instituto Nacional de Proteção de Dados – INPD** sendo da sua responsabilidade garantir que esta declaração é revista em conformidade com as necessidades legislativas ou alterações ao tipo de tratamento/processamento de dados pessoais sob a sua responsabilidade.

A versão mais atualizada deste documento encontra-se disponível para todos os colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócio no web site no seguinte link: [www.inpd.com.br/politica-de-privacidade](http://www.inpd.com.br/politica-de-privacidade).

Este procedimento relacionado com a segurança da informação foi revisado e aprovado pela Presidência do **INPD** em (11 de agosto de 2023) e é disponibilizada numa versão controlada sob a assinatura de Atílio Augusto Segantin Braga.

### 15. Lei Aplicável

Este documento é regido e deve ser interpretado de acordo com as leis brasileiras. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR, como o competente para dirimir quaisquer questões porventura oriundas do presente documento, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### 16. Referências

#### Artes:

- InfoMidia Ltda
- You Exec (<https://youexec.com/plus>);
- Creative Commons.